

**“NÃO FOI FALTA DE ESFORÇO”: JUVENTUDE, GÊNERO E
EDUCAÇÃO REFLETIDOS EM UM CURTA-METRAGEM
ESCOLAR**

**“IT WAS NOT A LACK OF EFFORT”: YOUTH, GENDER, AND
EDUCATION AS REFLECTED IN A SCHOOL SHORT FILM**

**“NO FUE FALTA DE ESFUERZO”: JUVENTUD, GÉNERO Y
EDUCACIÓN REFLEJADOS EN UN CORTOMETRAJE ESCOLAR**

Lucas Inácio Rodrigues¹

Resumo

Este artigo analisa uma experiência pedagógica desenvolvida com uma turma do 3º ano do Ensino Médio, na disciplina *Trabalho e Desenvolvimento Econômico*, cujo objetivo foi discutir a interseccionalidade no mercado de trabalho a partir da produção de um curta-metragem escolar. A narrativa construída coletivamente pelos estudantes acompanha a trajetória de uma jovem mulher de classe popular que enfrenta, desde a adolescência, dificuldades para conciliar trabalho e estudos, frustrações educacionais e formas de exclusão estrutural, expressas, dentre outros aspectos, na não aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Ainda que não seja uma mulher negra, a personagem evidencia como gênero, classe social, juventude e escolarização operam de modo interseccional na produção das desigualdades. Anos depois, ao retomar os estudos e ingressar no Ensino Superior, a jovem escolhe o curso de História, inspirada por um professor da escola pública, evidenciando a educação como espaço de resistência e ressignificação de trajetórias. Teoricamente, o trabalho dialoga com os estudos de gênero, a interseccionalidade e a perspectiva decolonial, compreendendo o audiovisual escolar como prática pedagógica contra-hegemônica e como forma situada de produção do conhecimento histórico. Argumenta-se que experiências educativas dessa natureza contribuem para a valorização das narrativas juvenis e populares no ensino de História.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Gênero; Ensino de História; Juventude.

Abstract

This article analyzes a pedagogical experience developed with a 12th-grade high school class in the course *Work and Economic Development*, whose objective was to discuss intersectionality in the labor market through the production of a school short film. The narrative collectively constructed by the students follows the trajectory of a young working-class woman who, since adolescence, faces difficulties in balancing work and study, educational frustrations, and forms of structural exclusion, expressed, among other aspects, in her failure to pass the National High School Exam (ENEM). Although she is not a Black woman, the character illustrates how gender, social class, youth, and schooling operate intersectionally in the production of inequalities. Years later, upon resuming her studies and entering higher education, the young woman chooses a History degree, inspired by a public school teacher, highlighting education as a space of resistance and the re-signification of life trajectories. Theoretically, the article engages with gender studies, intersectionality, and the decolonial perspective, understanding school-based audiovisual production as a counter-hegemonic pedagogical practice and as a situated form of historical knowledge production. It is argued that educational experiences of this nature contribute to the appreciation of youth and popular narratives in the teaching of History.

¹Doutorando em Ciência Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Graduado em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0135-8816>. Lattes: <https://orcid.org/0000-0003-0135-8816>. E-mail: lucasinacio.cts@gmail.com

Keywords: Intersectionality; Gender; History Teaching; Youth.

Resumen

Este artículo analiza una experiencia pedagógica desarrollada con un grupo del 3.º año de la Educación Secundaria, en la asignatura *Trabajo y Desarrollo Económico*, cuyo objetivo fue discutir la interseccionalidad en el mercado laboral a partir de la producción de un cortometraje escolar. La narrativa construida colectivamente por los estudiantes acompaña la trayectoria de una joven mujer de clase popular que enfrenta, desde la adolescencia, dificultades para conciliar trabajo y estudios, frustraciones educativas y formas de exclusión estructural, expresadas, entre otros aspectos, en su no aprobación en el Examen Nacional de la Enseñanza Media (ENEM). Aunque no se trata de una mujer negra, la protagonista evidencia cómo el género, la clase social, la juventud y la escolarización operan de manera interseccional en la producción de las desigualdades. Años después, al retomar sus estudios e ingresar en la educación superior, la joven elige la carrera de Historia, inspirada por un profesor de la escuela pública, poniendo de relieve la educación como un espacio de resistencia y resignificación de trayectorias. Teóricamente, el trabajo dialoga con los estudios de género, la interseccionalidad y la perspectiva decolonial, comprendiendo el audiovisual escolar como una práctica pedagógica contrahegemónica y como una forma situada de producción del conocimiento histórico. Se argumenta que experiencias educativas de esta naturaleza contribuyen a la valorización de las narrativas juveniles y populares en la enseñanza de la Historia.

Palabras clave: Interseccionalidad; Género; Enseñanza de la Historia; Juventud.

Introdução²

Nas últimas décadas, as discussões acerca das desigualdades sociais, educacionais e de gênero têm ocupado lugar central nos debates das Ciências Humanas e da Educação, especialmente em contextos marcados pela intensificação das precariedades do trabalho e pela ampliação das assimetrias sociais. Nesse cenário, a noção de interseccionalidade se consolida como uma chave analítica fundamental para compreender como diferentes marcadores sociais, por exemplo, gênero, classe social, raça, juventude e escolarização, articulam-se, de modo relacional, na produção e reprodução das desigualdades (Crenshaw, 2002; Collins, 2019).

Segundo Collins e Bilge (2020, p. 16):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

² Para mais informações sobre o curta-metragem, acessar: <https://youtu.be/F7VPggllwtM?si=Iq2Rf3DXJc-zG4PI>

No contexto escolar, tais debates assumem relevância particular, uma vez que a escola pública, sobretudo em regiões periféricas, constitui-se simultaneamente como espaço de reprodução de hierarquias sociais e como território potencial de resistência, crítica e ressignificação de trajetórias.

As transformações recentes no mundo do trabalho, marcadas pela flexibilização, pela informalidade e pela instabilidade, afetam, de maneira desigual, os jovens das classes populares, incidindo diretamente sobre suas experiências educacionais e expectativas de futuro. Autores, como Frigotto (2001), Antunes (2018) e Castel (1998), evidenciam que a precarização do trabalho e a desigualdade social não podem ser dissociadas das trajetórias escolares, especialmente no Ensino Médio, etapa em que muitos estudantes vivenciam a tensão entre trabalho, estudo e sobrevivência.

No campo educacional, cresce o reconhecimento da necessidade de práticas pedagógicas que dialoguem com as experiências juvenis e com os contextos socioculturais dos estudantes, superando abordagens estritamente conteudistas e eurocêntricas.

Segundo Farias (2019, p. 31):

Os professores precisam compreender o significado social das decisões na sua prática pedagógica, pois estas definem as relações entre os elementos que a integram. Do contrário, se tornarão vítimas de modismos e de linguagens sem significados teóricos para fundamentar sua ação.

A prática docente deve ter como eixo central a aprendizagem e a participação ativa dos estudantes. Os professores podem atuar como agentes de transformação na vida de seus alunos; contudo, é fundamental que compreendam que a prática pedagógica por eles desenvolvida precisa fazer sentido para a realidade discente. Quando isso não ocorre, torna-se ineficaz recorrer apenas à complexidade de conceitos científicos ou repetir, de forma mecânica, a mesma aula ao longo de toda a carreira docente.

A perspectiva decolonial contribui, de modo significativo, para esse debate, ao questionar as hierarquias epistemológicas e valorizar saberes, experiências e narrativas historicamente marginalizadas (Quijano, 2005; Walsh, 2009). Nessa direção, é fundamental que os estudantes compreendam que não existe uma única perspectiva

monocultural, tradicionalmente associada ao eurocentrismo, mas, sim, a coexistência de múltiplas racionalidades e visões de mundo, próprias de uma abordagem multicultural.

Esta perspectiva é pensada a partir da ideia de uma práxis política contraposta a geopolítica hegemônica monocultural e monoracional, pois trata-se de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que têm como horizonte de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental, a racialização do mundo e a manutenção da colonialidade (Walsh *et al.*, 2018, p. 5).

Nessa direção, a incorporação de linguagens visuais e audiovisuais no cotidiano escolar possibilita a construção de práticas pedagógicas contra-hegemônicas, capazes de ampliar as formas de expressão, leitura e produção do conhecimento. A realidade juvenil, mesmo em contextos periféricos, é atravessada pelo uso de tecnologias, como o telefone celular. Desse modo, a proposta de criação de um curta-metragem, utilizando recursos familiares aos estudantes, contribuiu, significativamente, para o engajamento e a participação ativa do grupo.

Os estudos sobre imagens e educação destacam o potencial pedagógico dos recursos audiovisuais como mediadores de aprendizagens críticas, especialmente quando articulados às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Autores, como Moran (2015), Kenski (2012) e Martín-Barbero (2014), apontam que o uso crítico das TICs e das linguagens midiáticas pode favorecer o protagonismo discente, a leitura do mundo social e a problematização das realidades vividas pelos estudantes. No caso do audiovisual escolar, trata-se não apenas de um recurso didático, mas de uma prática formativa que envolve autoria, colaboração e reflexão social.

Segundo Martín-Barbero (2014, p. 338):

[...] (a escola atribui) a crise da leitura de livros entre os jovens unicamente à maligna sedução que exercem as tecnologias da imagem, o que poupa à escola o ter que se propor a profunda reorganização que atravessa o mundo das linguagens e das escrituras; e por conseguinte a transformação dos modos de ler que está deixando sem chão a obstinada identificação da leitura com o que concerne somente ao livro e não à pluralidade e heterogeneidade de textos, relatos e escritas (orais, visuais, musicais, audiovisuais, telemáticos) que hoje circulam.

A crítica apresentada pelo autor se revela especialmente relevante, uma vez que a educação, embora constitua um campo potencial de transformações sociais, ainda se mantém fortemente marcada por práticas conservadoras em determinados aspectos.

Métodos docentes tradicionais frequentemente resistem às inovações tecnológicas próprias da contemporaneidade. Isso não implica a negação ou a exclusão das práticas tradicionais, mas evidencia a necessidade de que novos métodos também sejam incorporados ao processo de ensino-aprendizagem, de modo a conferir maior sentido e significado aos conteúdos trabalhados junto aos estudantes.

É nesse horizonte teórico e pedagógico que se insere a experiência analisada neste artigo, desenvolvida em uma escola pública localizada em região periférica no Sul do estado de Minas Gerais, no âmbito da disciplina *Trabalho e Desenvolvimento Econômico*, integrante do currículo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). A proposta consistiu na produção coletiva de um curta-metragem escolar, elaborado por estudantes do 3º ano do Ensino Médio, com o objetivo de problematizar as relações entre trabalho, educação e desigualdade social a partir de uma narrativa ficcional ancorada em vivências juvenis.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar de que maneira a produção de um curta-metragem escolar, enquanto prática pedagógica mediada por imagens e tecnologias digitais, contribui para a discussão da interseccionalidade no mercado de trabalho e para a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais e educacionais. Ao adotar uma ênfase pedagógica e prática, o trabalho dialoga com os estudos sobre trabalho e desigualdade social, a perspectiva decolonial, as TICs na educação e os recursos audiovisuais no ensino, compreendendo o audiovisual escolar como uma forma situada de produção do conhecimento e como estratégia educativa potente no Ensino Médio público.

Construção coletiva do curta-metragem: estudantes como sujeitos sociais ativos

O desenvolvimento do projeto teve início com aulas expositivas e dialogadas sobre o conceito de interseccionalidade, momento em que os estudantes tiveram seu primeiro contato sistematizado com a categoria analítica. Essas aulas buscaram articular o debate teórico às discussões propostas pela disciplina *Trabalho e Desenvolvimento Econômico*, problematizando as relações entre trabalho, escolarização, gênero, juventude e desigualdade social no contexto vivido pelos próprios alunos.

A proposta de desenvolver uma atividade teatral emergiu do próprio conteúdo curricular apresentado pela SEE/MG, a partir do qual o professor teve contato com a

abordagem do Teatro do Oprimido. No documento norteador, essa perspectiva é explicitada da seguinte forma:

O teatro do oprimido como metodologia: Apresentar aos estudantes o que é o Teatro dos Oprimidos e o que são os jogos teatrais, compostos por dois princípios: as regras e a liberdade (as regras representam a sociedade e suas regras estruturantes; a liberdade representa a criatividade, o repertório de vivências pessoais). É importante garantir neste momento que os e as estudantes compreendam a base desta proposta, ou seja, que eles e elas compreendam o quanto as suas vivências, conhecimentos prévios escolares e não escolares, experiências, sonhos, desejos etc. compõem a estrutura desta perspectiva de teatro (Minas Gerais. Secretaria de Estado de Educação, 2025).

O Teatro do Oprimido se constitui como um conjunto de técnicas teatrais elaborado pelo dramaturgo brasileiro Augusto Boal, com o objetivo de transformar o teatro em uma ferramenta de intervenção e transformação social. Tal método rompe com a barreira invisível entre atores e espectadores ao estimular a participação direta do público no processo cênico. Nesse sentido, Boal (1991, p. 13) afirma: “Todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades dos homens, e o teatro é uma delas”.

Nessa perspectiva, ao articular o conceito de interseccionalidade às temáticas da juventude e do mercado de trabalho, também previstas no currículo, os alunos, em diálogo com o professor, optaram pela construção de uma peça teatral autoral. A narrativa elaborada buscou expressar elementos da realidade vivenciada por cada um deles, de modo que a atividade artística se configurasse como um espaço de expressão crítica e criativa das reflexões construídas coletivamente.

A proposta inicial, que previa a construção de uma peça teatral, precisou ser reformulada em função do tempo limitado para a realização de ensaios, considerando as exigências do calendário escolar e a preparação da turma para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Diante desse contexto, optou-se por substituir o teatro pela produção de um curta-metragem autoral da turma. Tal decisão se revelou significativa, na medida em que o audiovisual se apresentou como uma linguagem viável e próxima das práticas culturais juvenis, além de favorecer o trabalho colaborativo e o uso pedagógico das tecnologias digitais.

O processo de construção do roteiro se constituiu como um dos momentos centrais da experiência pedagógica. A escrita da narrativa e a definição dos personagens

ocorreram de forma coletiva, com a participação ativa de toda a turma. Para isso, os estudantes se reuniram na quadra da escola, sentados em círculo, criando um espaço horizontal de diálogo no qual todos puderam falar, ser ouvidos e contribuir com ideias, experiências e percepções. Tal dinâmica reforçou o protagonismo discente e rompeu, ainda que provisoriamente, com hierarquias tradicionais do espaço escolar, aproximando-se de uma concepção dialógica de educação.

Os papéis a serem desempenhados no curta-metragem, tanto no elenco quanto nas demais funções envolvidas na produção, também foram pensados coletivamente. Os próprios estudantes se propuseram a atuar, assumindo personagens e responsabilidades de acordo com seus interesses e afinidades. Esse movimento evidenciou os alunos como sujeitos sociais ativos no processo educativo, capazes de interpretar criticamente suas realidades e de produzir narrativas audiovisuais significativas sobre trabalho, educação e desigualdade social.

A narrativa foi construída a partir da personagem Ana (nome fictício), aluna do Ensino Médio com excelente desempenho escolar, que passa a ser instigada criticamente após uma aula de História. Nessa aula, o professor aborda a Revolução Industrial, evidenciando as transformações nos processos de produção e, sobretudo, a exploração da mão de obra (Hobsbawm, 2018). A partir desse contato, a estudante é levada a refletir sobre a própria realidade contemporânea, especialmente quando o diretor da escola informa sobre a deflagração de uma greve dos professores em razão da falta de pagamento por parte do governo.

No escopo da narrativa, outro aspecto retratado se refere à dimensão familiar. Ao chegar à casa, Ana dialoga com sua mãe, uma mulher aberta ao diálogo e comprometida com o desenvolvimento de sua filha. A conversa entre ambas é carregada de sentidos, na medida em que a mãe relembra sua juventude e as dificuldades enfrentadas para ingressar no mercado de trabalho pelo fato de ser mulher, elemento que contribui para a reflexão sobre a interseccionalidade.

Além da mãe, a figura paterna se faz presente na narrativa. O pai, trabalhador que construiu uma carreira sólida na indústria, embora na condição de operário e sem formação específica, vê-se diante de um dilema ao ser demitido após décadas de trabalho. No diálogo com a mãe, evidencia-se a principal preocupação do casal: a instabilidade

financeira. Ao ouvir a conversa dos pais, Ana decide agir e buscar uma oportunidade de emprego.

Outra cena marcante da narrativa é a entrevista de emprego. Ana, ainda adolescente e sem qualquer experiência profissional, participa de um processo seletivo para a função de balconista. Na entrevista, além de Ana, estão presentes um homem mais velho e uma jovem negra, sendo possível perceber que o entrevistador os trata de maneira desigual. O candidato mais velho é descartado sob a justificativa de que o perfil buscado pela empresa seria feminino; a jovem negra, embora possua maior experiência profissional, não é levada a sério pelo entrevistador, que critica suas vestimentas. Já Ana é avaliada positivamente, sobretudo por ser considerada uma jovem “bem posturada”.

Os relatos apresentados anteriormente foram construídos pelos estudantes com o objetivo de evidenciar, de forma prática, as dificuldades enfrentadas por diferentes perfis sociais no acesso e na permanência no mercado de trabalho. Nesse contexto, destaca-se o etarismo, entendido como o preconceito relacionado à idade, conceito introduzido, em 1969, pelo médico Robert Neil Butler. No âmbito das relações de trabalho, essa forma de discriminação se manifesta de maneira recorrente, uma vez que muitas empresas tendem a privilegiar trabalhadores mais jovens, sob a justificativa de que eles apresentariam maior disposição e produtividade.

Além do etarismo, outro preconceito evidenciado na narrativa é o racismo, não em sua forma explícita, marcada por ofensas diretas, mas enquanto racismo estrutural. Trata-se de uma modalidade de discriminação que integra a própria organização da sociedade – e é historicamente reproduzida. O racismo estrutural se manifesta por meio da naturalização de práticas, normas e condutas cotidianas que promovem, de forma consciente ou inconsciente, a desigualdade e o preconceito racial (Almeida, 2019).

Após conquistar o emprego, a jovem Ana passa a apresentar queda em seu desempenho acadêmico, o que faz com que colegas e professores intensifiquem as cobranças. Expressões, como “o ENEM está chegando”, começam a afetar seu equilíbrio emocional. Em razão da jornada de trabalho extenuante, atividades escolares cotidianas deixam de ser realizadas, levando parte do corpo docente a criticá-la, e alguns colegas a fazerem piadas a seu respeito.

Posteriormente à realização do ENEM, os resultados começam a ser divulgados, e diversos colegas de Ana conseguem ingressar no Ensino Superior público. Ana,

contudo, não obtém pontuação suficiente, evidenciando os impactos do trabalho sobre seu percurso escolar e seu desempenho acadêmico. Mesmo após a conclusão do Ensino Médio, a jovem permanece no mercado de trabalho. Ainda assim, seus sonhos de cursar o Ensino Superior não se encerram.

Com o passar do tempo, Ana passa a estudar de forma autônoma, mesmo diante da rotina extenuante de trabalho. Como resultado desse esforço, consegue ser aprovada no curso de História em uma universidade pública, onde reencontra o professor do Ensino Médio que a inspirava, agora aprovado em concurso público para lecionar na instituição. Todavia, mesmo com a conquista do acesso ao Ensino Superior, as desigualdades de oportunidades permanecem presentes. A relação com os colegas universitários é positiva, mas as diferenças de realidade continuam marcantes: enquanto alguns já projetam experiências como intercâmbios acadêmicos, outros se veem preocupados com a possibilidade de arcar com despesas básicas, como a alimentação no Restaurante Universitário (RU).

Ana conclui sua formação; torna-se professora e constitui uma família. Em um dos diálogos com sua filha, faz questão de explicitar que a desigualdade social é um elemento marcante na vida das pessoas – e que a ideia de meritocracia contribui para a manutenção dessas desigualdades. No desfecho do curta-metragem, Ana confronta o próprio passado; a personagem é interpretada por duas irmãs gêmeas, recurso narrativo que simboliza o encontro entre a Ana do presente e aquela marcada por expectativas e incertezas. Mesmo diante das dificuldades vivenciadas, o passado se reconhece como alguém capaz de alcançar seus objetivos, reforçando a mensagem de que os sonhos devem ser perseguidos, ainda que em contextos adversos.

Trabalho, desigualdade social e perspectiva decolonial

A narrativa construída no curta-metragem elaborado pelos estudantes toma o trabalho como eixo estruturante da trajetória da personagem principal, permitindo problematizar as múltiplas formas pelas quais a desigualdade social se manifesta no cotidiano juvenil. Desde a adolescência, a jovem retratada enfrenta a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho para auxiliar na renda doméstica após a demissão de seu pai, conciliando jornadas laborais extenuantes com a permanência na escola. Tal experiência evidencia o trabalho não apenas como meio de subsistência, mas

como dimensão que atravessa e condiciona os percursos educacionais, revelando assimetrias historicamente produzidas no interior da sociedade capitalista.

Essa representação dialoga diretamente com as análises de Castel (1998) e Antunes (2018), que compreendem a precarização do trabalho como um elemento central da vulnerabilização social contemporânea. No caso das juventudes das classes populares, especialmente em contextos periféricos, o trabalho assume frequentemente a forma da informalidade, da instabilidade e da baixa remuneração, restringindo as possibilidades de continuidade dos estudos e de mobilidade social.

O curta-metragem evidencia esse processo ao retratar as frustrações educacionais da personagem, particularmente a não aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), apresentada não como resultado de falta de esforço individual, mas como expressão de desigualdades estruturais que atravessam classe social, gênero e escolarização. É importante relatar que, na própria escola, a personagem sofreu por causa de ações de seus próprios professores que a pressionavam a se dedicar aos estudos, porém sem nenhuma empatia pelo que ela estava vivendo no ambiente doméstico.

Sob essa perspectiva, a narrativa audiovisual construída pelos estudantes tensiona discursos meritocráticos amplamente difundidos no senso comum e em determinadas políticas educacionais. Ao problematizar a ideia de que o sucesso escolar e profissional depende, exclusivamente, do empenho individual, o curta-metragem se aproxima das reflexões de Frigotto (2001), para quem a relação entre trabalho e educação, em sociedades desiguais, é marcada por profundas contradições. A experiência da personagem revela que o acesso desigual a condições materiais, ao tempo de estudo e ao apoio institucional limita as possibilidades concretas de êxito escolar, sobretudo para jovens oriundos das classes populares.

A articulação entre trabalho e desigualdade social apresentada no curta-metragem também pode ser lida à luz da perspectiva decolonial. Ao narrar a trajetória de uma jovem mulher de classe popular, a produção audiovisual desloca o foco de narrativas hegemônicas centradas em sujeitos brancos, masculinos e pertencentes às elites econômicas, valorizando experiências historicamente silenciadas no campo educacional.

Conforme argumenta Quijano (2005), a colonialidade do poder opera não apenas nas relações econômicas, mas também na produção de saberes e na legitimação de determinadas trajetórias como universais. Nesse sentido, o curta-metragem, ao partir de

vivências periféricas e juvenis, constitui-se como uma narrativa contra-hegemônica. O discurso presente no vídeo deixa notório que a história relatada não deve ser utilizada como instrumento meritocrático, mas, sim, de uma maneira crítica sobre os problemas oriundos do próprio sistema capitalista.

Ainda que a personagem não seja identificada como mulher negra, sua trajetória evidencia como gênero, classe social, juventude e escolarização se articulam, de forma interseccional, na produção das desigualdades, aproximando-se das reflexões de Collins (2019) e Crenshaw (2002). A experiência de exclusão vivenciada pela jovem no campo educacional e no mercado de trabalho não pode ser compreendida de maneira isolada, mas como resultado de múltiplas opressões que se cruzam e se reforçam mutuamente.

A escolha posterior da personagem pelo curso de História, inspirada por um professor da escola pública, aponta para a educação como um espaço de resistência e de reconfiguração de trajetórias. O docente em questão desempenhou papel fundamental na formação crítica da aluna, especialmente ao problematizar, em sala de aula, a precarização do trabalho, análise que a levou a questionar as (in)justiças impostas pelo sistema.

O audiovisual escolar e as imagens como prática pedagógica no Ensino Médio

A incorporação do audiovisual no contexto escolar tem se afirmado, nas últimas décadas, como uma estratégia pedagógica potente para a mediação de aprendizagens significativas, especialmente quando articulada às experiências socioculturais dos estudantes. No Ensino Médio público, situado em contextos periféricos, o trabalho com imagens e narrativas audiovisuais possibilita ampliar as formas de expressão discente, deslocando o predomínio da linguagem escrita e valorizando outras formas de produção de sentidos. Nesse cenário, o audiovisual escolar deixa de ser compreendido apenas como recurso didático complementar e passa a ser reconhecido como linguagem, prática pedagógica e forma de conhecimento.

Segundo Champagnatte e Nunes (2011, p. 16):

Essas teorias partem de um ponto principal em que as mídias devem ser analisadas a partir de seus contextos sociais e históricos; e que cultura e sociedade devem ser pensadas como uma teia. A partir disso, analisar uma mídia audiovisual em determinado contexto, em sala de aula, em família ou em comunidade, implica perceber as mediações que ocorrem entre essa mídia e as pessoas que a cercam [...].

Os estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação destacam que o uso crítico das tecnologias digitais pode favorecer o protagonismo juvenil e a leitura reflexiva do mundo social. Moran (2015) argumenta que metodologias que integram diferentes linguagens e mídias contribuem para uma aprendizagem mais ativa e contextualizada, enquanto Kenski (2012) enfatiza que as tecnologias, quando apropriadas pedagogicamente, reconfiguram tempos, espaços e relações no processo educativo. No caso da experiência analisada, a produção do curta-metragem mobilizou dispositivos tecnológicos acessíveis aos estudantes, como celulares e aplicativos de edição, aproximando o trabalho pedagógico das práticas comunicacionais presentes em seu cotidiano.

Sob a perspectiva dos Estudos de Imagens, o audiovisual escolar pode ser compreendido como um espaço privilegiado de produção simbólica e de construção de narrativas sobre a realidade social. Martín-Barbero (2014) destaca que as mediações culturais e midiáticas exercem um papel central na forma como os sujeitos interpretam o mundo e constroem suas identidades. Ao produzir imagens sobre trabalho, desigualdade social e escolarização, os estudantes não apenas representaram suas experiências, como também elaboraram leituras críticas sobre elas, atribuindo sentidos próprios às trajetórias narradas no curta-metragem.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência com o audiovisual favoreceu práticas colaborativas, dialógicas e interdisciplinares. O processo de criação coletiva do roteiro, das cenas e da atuação exigiu negociação de ideias, escuta ativa e tomada de decisões conjuntas, elementos fundamentais para a formação crítica dos estudantes. Além disso, o curta-metragem permitiu articular conteúdos da disciplina *Trabalho e Desenvolvimento Econômico* com o ensino de História, de Geografia, de Sociologia e de Filosofia, evidenciando o potencial das imagens para a compreensão de processos históricos e sociais contemporâneos.

Ao assumir os estudantes como produtores de imagens e narrativas, a prática pedagógica analisada rompe com concepções tradicionais que os posicionam como consumidores passivos de conteúdos audiovisuais. Essa mudança de perspectiva se aproxima de uma compreensão decolonial da educação, ao reconhecer os saberes juvenis e periféricos como legítimos e desafiar hierarquias epistemológicas que, historicamente, marginalizam determinadas vozes.

Considerações finais

O presente artigo analisou uma experiência pedagógica desenvolvida no Ensino Médio público, em uma escola localizada em região periférica de uma cidade média do Sul de Minas Gerais, a partir da produção coletiva de um curta-metragem escolar no âmbito da disciplina *Trabalho e Desenvolvimento Econômico* (SEE/MG). Ao tomar o audiovisual como linguagem e prática pedagógica, buscou-se refletir sobre as relações entre trabalho, desigualdade social, juventude e escolarização, mobilizando a perspectiva da interseccionalidade e os aportes teóricos do pensamento decolonial.

A análise evidenciou que a produção do curta-metragem possibilitou aos estudantes compreender o trabalho não apenas como dimensão econômica, mas como categoria social e histórica profundamente imbricada às desigualdades educacionais e às trajetórias juvenis. A narrativa construída coletivamente tensiona discursos meritocráticos, ao explicitar que as dificuldades enfrentadas pela personagem central, especialmente no que se refere à permanência escolar e ao acesso ao Ensino Superior, não decorrem da falta de esforço individual, mas de condições estruturais desiguais que atravessam gênero, classe social, juventude e escolarização.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência demonstrou o potencial do audiovisual escolar como uma prática educativa contra-hegemônica, capaz de deslocar os estudantes da posição de receptores passivos para a de sujeitos sociais ativos e produtores de conhecimento. Ao elaborar imagens, narrativas e personagens ancorados em suas próprias vivências e percepções, os alunos puderam ressignificar suas experiências no mundo do trabalho e na escola, fortalecendo o protagonismo juvenil e a leitura crítica da realidade social.

Além disso, o trabalho com imagens e tecnologias digitais expressou a relevância das TICs quando apropriadas de maneira crítica e situada, sobretudo em contextos de escola pública periférica. O curta-metragem se mostrou um dispositivo pedagógico potente para articular conteúdos curriculares, práticas colaborativas e saberes juvenis, contribuindo para a valorização de narrativas historicamente marginalizadas na educação básica.

Por fim, argumenta-se que experiências educativas dessa natureza reafirmam o compromisso da escola pública com a formação crítica e socialmente referenciada, bem

como com a democratização dos processos de produção do conhecimento. Ao integrar audiovisual, interseccionalidade e perspectiva decolonial, o projeto analisado aponta caminhos possíveis para práticas pedagógicas que dialoguem com os desafios contemporâneos das juventudes, reconhecendo-as como produtoras legítimas de imagens, sentidos e saberes sobre o mundo social em que vivem.

Referências

- Almeida, S. L. de. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Boal, A. (1991). *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Civilização Brasileira.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (2ª ed.). Boitempo.
- Collins, P. H. & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade* (1ª ed.). Boitempo.
- Champagnatte, D. M. O., & Nunes, L. C. (2011). A inserção das mídias audiovisuais no contexto escolar. *Educação em Revista*, 27(3), 15-38. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000300002>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Farias, J. P. (2019). *A didática e a prática escolar: abordagens e objeto* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Pará, Abaetetuba.
- Frigotto, G. (2001). *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social* (6ª ed.). Cortez.
- Hobsbawm, E. J. (2018). *A era das revoluções: 1789-1848*. Paz e Terra.
- Kenski, V. M. (2012). *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Papirus.
- Martín-Barbero, J. (2014). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia* (7ª ed.). UFRJ.
- Minas Gerais. Secretaria de Estado de Educação. (2025). *Plano de curso: trabalho e desenvolvimento econômico (Ensino Médio)*. <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br>
- Moran, J. M. (2015). *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Papirus.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). CLACSO.

Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar & Abya-Yala.

Walsh, C., Oliveira, L. F., & Candau, V. M. (2018). Coloniality and decolonial pedagogy: to think of other education. *Education Policy Analysis Archives*, 26(83), 1-16. doi: <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3874>

Recebido: 11/02/2026

Aceito: 18/04/2026

Publicado: 26/04/2026

NOTA:

O autor foi responsável pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.